

VÁRIA

Subsídios para o estudo do índice cefálico dos indígenas de Angola

Na oração proferida na sessão inaugural do primeiro Congresso de Antropologia Colonial, realizado na cidade do Pôrto em 1934, o eminente Professor Dr. Mendes Corrêa disse: «Tenho a declarar aqui que, em geral, falta mesmo à nossa investigação científica colonial o concurso valioso que lhe poderia ser dado, como noutros países, por pessoas não especializadas no assunto, funcionários, militares, professores, médicos, engenheiros, missionários, industriais, agricultores, comerciantes».

E assim é, realmente.

Do muito que ainda há por fazer no domínio dos estudos antropológicos, aqui, em Angola, muito menos poderia estar já por fazer se houvesse, de facto, o concurso das pessoas indicadas pelo Professor Mendes Corrêa.

É certo que algumas delas têm trazido a sua apreciável contribuição para o estudo da antropologia angolana, mas o ideal seria que êsse exemplo fôsse seguido por todos aquêles que pudessem trazer quaisquer elementos que servissem para completar, aperfeiçoar e ampliar os nossos conhecimentos sôbre a antropologia desta grande parcela do Império Português.

Prosseguindo na minha série de pequenos e desprezenciosos trabalhos sôbre a etno-antropologia de Angola mais não faço do que responder ao apêlo do ilustre director do Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto, de que acima falei, e com isso apenas procuro trazer à nossa investigação antropológica colonial aquêlo pequeno e desvalioso concurso que lhe pode dar um médico não especializado no assunto, mas que a essa ciência dedica, com bastante interêsse, algumas das suas poucas horas vagas.

*

Sôbre o valor do índice cefálico muito se tem escrito, tendo havido autores que lhe deram importância excepcional e outros, pelo contrário, que lhe recusaram qualquer significado como carácter racial.

No seu livro *Raízes de Portugal*, o Professor Mendes Corrêa, ao assinalar essa divergência de critérios, disse: «Assim encarado, o índice cefálico, não no indivíduo isolado mas em grupo de população, tem evidente valor antropológico. É uma constante étnica, indubitavelmente interessante».

Apoiado em tão autorizada opinião creio, pois, que não é destituído de interesse o estudo desse importante índice antropométrico, que é o índice cefálico, e isso me levou a determinar o seu valor em vários grupos étnicos de Angola.

O presente trabalho encerra os resultados das minhas observações, todas realizadas na área da Circunscrição Administrativa de Menongue, distrito e província do Bié, e dizem respeito aos seguintes grupos étnicos: quiôcos, nhembas, bacangalas e luchazes.

Nos meus livros de apontamentos encontro também algumas observações referentes a Ambuelas e Luenas, mas são em número bastante diminuto para que me possam, desde já, servir de base para qualquer trabalho.

Feitas estas considerações, entro agora propriamente na matéria do presente estudo.

I — QUIÔCOS

Foram observados 76 indivíduos, todos adultos e do sexo masculino.

Embora não originários da região de Menongue, os quiôcos encontram-se bastante espalhados e fixados por toda a área dessa Circunscrição Administrativa.

Dos 76 quiôcos examinados, 65 eram naturais da Circunscrição de Menongue (Postos Administrativos da Sede, Cuchi, Longa e Cuito), 8 de Postos limítrofes (Catota e Alto Cuito), e 3 da região do Cassai.

O valor médio do índice cefálico por mim determinado nos quiôcos foi de 74,5.

Eis alguns dados referentes às minhas observações:

Valor médio	74,5
Valor máximo	80,5
Valor mínimo	67,1
Máximo de frequência	74,3

Agrupando agora os índices obtidos, segundo a classificação de R. Martin, obtemos o seguinte quadro:

Dolicocéfalos (até 75,9)	56 casos	73,7 %
Mesocéfalos (76 a 80,9)	20 casos	26,3 %

Há, portanto, uma grande maioria de dolicocéfalos, não tendo eu observado nenhum caso de braquicefalia. O valor mais alto por mim obtido foi de 80,5 (um único caso), valor que ainda está dentro da mesocefalia.

Nos quiôcos mensurados pelo falecido antropólogo Fonseca Cardoso, e cujos valores e resultados foram calculados e apresentados pelo Prof. Dr. Mendes Corrêa, o valor médio do índice cefálico foi de 77,1.

Há, pois, uma certa discordância entre esta média e a minha — o que talvez se possa explicar por se tratar de quiôcos de regiões diferentes e, por consequência, poderemos admitir a intervenção de cruzamentos com outros grupos étnicos.

II — NHEMBAS

Entre os grupos étnicos autóctones da região de Menongue contam-se os Nhembas ou Banhembas, que pertencem ao grande ramo ganguela.

Observei 59 nhembas, todos adultos e masculinos e todos também naturais da região de Menongue.

Resultados obtidos:

Valor médio	73,5
Valor máximo	78,4
Valor mínimo	67,1
Máximo de frequência	71,0—72,9—74,0

Fazendo agora a distribuição dos índices obtidos, temos:

Dolicocéfalos (até 75,9)	48 casos	81,3 %
Mesocéfalos (76 a 80,9)	11 casos	18,6 %

Do exame deste quadro claramente se vê que entre os banhembas predominam, em grande escala, os dolicocéfalos.

Não conheço qualquer trabalho sobre o índice cefálico deste grupo étnico angolano, um dos mais importantes da região das Ganguelas.

III — BACANGALAS

Os bacangalas por mim estudados foram duas comitivas de carregadores que do Cuando haviam ido a Vila Serpa Pinto (Menongue).

Os indígenas componentes da primeira dessas duas comitivas

serviram-me para elaborar o meu trabalho *Notas sobre a Antropologia dos Bacangalas*, onde estabeleci o valor de 73,7 para o seu índice cefálico.

Com as mensurações levadas a efeito nos bacangalas da segunda comitiva modificou-se ligeiramente a média do índice cefálico, que de 73,7 passou para 73,9.

Os bacangalas estudados, em número de 30, eram naturais das margens dos rios Quembo, Cuando, Cuanavale, Cõa e Cubangui.

Estabelecendo para este grupo os mesmos quadros que para os anteriormente estudados, obtemos o seguinte:

Valor médio	73,9
Valor máximo	79,5
Valor mínimo	70,2
Máximo de frequência	73,5
Dolicocéfalos (até 75,9)	25 casos 83,3 0/0
Mesocéfalos (76 a 80,9)	5 casos 16,6 0/0

Assim vemos que entre os bacangalas existe uma nítida percentagem de dolicocéfalos.

Não tenho conhecimento de qualquer trabalho, a não ser o meu há pouco citado, onde seja estudado este grupo étnico de Angola.

IV — LUCHAZES

Observei 26 luchazes, todos adultos e do sexo masculino. Dêstes 26 indivíduos, 3 eram naturais da região do Lungue-Bungo e os restantes 23 da área da Circunscrição de Menongue (Postos da Sede, Cuito e Longa).

Eis os valores que obtive:

Valor médio	73,0
Valor máximo	78,8
Valor mínimo	69,3
Máximo de frequência	73,0
Dolicocéfalos (até 75,9)	23 casos 88,4 0/0
Mesocéfalos (76 a 80,9)	3 casos 11,5 0/0

São, pois, dolicocéfalos, em grande maioria, os luchazes observados.

Nos luchazes que foram estudados por Fonseca Cardoso e Prof. Mendes Corrêa o valor médio do índice cefálico foi de 75,1.

V — CONCLUSÕES

Incidiu o presente trabalho sobre 191 indígenas de Angola, pertencentes a quatro grupos étnicos diversos, e teve por fim estabelecer o valor médio do índice cefálico nesses indivíduos.

Pelo exame do que nestas páginas ficou escrito, conclui-se que o tipo médio dos grupos étnicos estudados é dolicocéfalos, cabendo aos Luchazes a maior dolicocéfalia (73,0) e aos Quiôcos a menor (74,5).

Entre estes dois grupos étnicos situam-se os Bacangalas com 73,9 e os Nhembas com 73,5.

A discordância entre alguns dos meus valores e os obtidos por ilustres investigadores pode-se talvez explicar pelo facto de os indivíduos estudados, apesar de pertencerem ao mesmo grupo étnico, estarem estabelecidos em regiões diferentes e ter havido, por consequência, cruzamentos com outros grupos.

A meu ver, torna-se mesmo quasi impossível, hoje em dia, estabelecer uma pureza absoluta para qualquer destes grupos étnicos — sejam quiôcos, nhembas, luchazes, bacangalas — pois as ligações entre esses indígenas fazem-se livremente, havendo, portanto, uma grande mistura entre eles, sendo vulgaríssimo encontrar filhos de quiôcos e luchazes, de luchazes e nhembas, etc.

Angola, Setembro de 1939.

ALEXANDRE SARMENTO

Médico dos Serviços de Saúde de Angola
Sócio da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Folclore avariado (1)

Foi há anos, por ocasião duma jornada arqueológica pela serra nortenha do Alvão. Anoitecera havia muito. Aguardávamos numa aldeia serrana, junto da estrada de Fafe a Vila Pouca, a chegada dum carro que, desta última localidade, nos viria buscar. Entretanto, íamos utilizando esses momentos de espera na colheita de algumas notas etnográficas, fornecidas pelo interrogatório de bons montanheseiros que se haviam aproximado de nós com benevolência. Era num humilde redil, anteriormente taberna, com as

(1) Publicado em *O Século*, de 9 de Março de 1940.

ovelhas recolhidas por detrás do antigo balcão, à luz bruxoleante duma candeia, que nós fomos escrevendo.

Uma moçoila simpática e robusta, desfeito o acanhamento das primeiras respostas, desembaraçadamente nos ditava um sem número de quadras populares, de admirável sabor tradicional. De repente, entoa uma canção imprevista, discordante das anteriores, nem mais nem menos as coplas duma revista teatral, exibida no Rio de Janeiro. Não era só a grosseira obscenidade que a tornava diferente, estranha, naquele conjunto duma adorável simplicidade aldeã. Também são lamentavelmente obscenas muitas canções populares da nossa terra, sobretudo nalgumas regiões em que o povo é menos religioso. Tudo, naquelas coplas, destoava, porém, do nosso folclore autêntico.

Não foi difícil determinar a patogenia daquele malefício. Um «brasileiro» da localidade fôra o veículo do mal e o difundira na pequena aldeia, introduzindo no cancionero local esse elemento exótico, aberrante, impuro.

É a gênese de muitos casos análogos, que todos os etnógrafos e folcloristas podem testemunhar. Torna-se mesmo, às vezes, difícil distinguir entre o pecúlio genuíno, puro, verdadeiramente folclórico, e as aluviões destruidoras, perturbantes, dissolventes.

É mesmo difícil distinguir entre o folclore real, de origem popular, e o pseudo-folclore, inventado por pessoas cultas que, aliás, lhe imprimem semelhanças mais ou menos profundas com aquêle.

Quantas poesias de autores consagrados não têm passado como poesias populares?! Num concurso de quadras populares realizado no Brasil, o primeiro prêmio foi concedido a uma que mais tarde veio a averiguar-se ser, nem mais nem menos, da autoria dum dos mais ilustres escritores brasileiros contemporâneos. Infelizmente abundam as estilizações e desfigurações cultas de manifestações folclóricas que não há o direito de deformar, de desvirtuar!

*

O folclore está na moda. Porém, mais nominalmente do que na realidade. Há uma verdadeira «mania folclórica» que atinge não os idôneos cultores da especialidade mas simples curiosos, dum diletantismo perigoso e sem conhecimentos seguros da matéria, ou até pessoas que não sabem sequer, ao certo, o que é folclore...

Há domínios de investigação e estudo que estão mais sujeitos do que outros às incursões ousadas do primeiro que se lembra

disso, embora desprovido de elementar preparação para tal. É o caso do folclore e da etnografia, como é o da arqueologia, da sociologia, ou da... política. Ninguém se ocupa de cálculo infinitesimal sem preparação matemática. Ninguém se abalança à investigação física ou química, sem saber física ou química. Mas o folclore é como a política. Qualquer pessoa se julga autorizada a investigações folclóricas ou detentora da solução exacta dos mais transcendentes problemas políticos.

E, no entanto, o folclore tem um domínio determinado como os de outros ramos de saber, tem métodos rigorosos e sérios de estudo. Não abrange, como muitos supõem, todos os factos da vida popular, mas apenas o que, na vida do povo, é de criação própria, espontânea, anónima, constituindo um riquíssimo pecúlio tradicional, independente das sugestões cultas, distinto da religião organizada, do direito escrito, da literatura propriamente dita. Não é decerto imóvel, anquilosado; é vivo, susceptível de evolução, de renovações, de variantes, de transformações. Mas, em todo o caso, é sempre autónomo em relação à cultura erudita, ao urbanismo, à civilização.

E, embora se admita que cada facto folclórico teve início na mentalidade *individual*, a verdade é que a narrativa, o costume, a tradição, se propagou aos membros do grupo que o assimilaram ou modificaram, o transmitiram a outros grupos e a outras gerações, esquecendo para sempre o nome do autor e convertendo em obra *colectiva* toda a manifestação folclórica.

Contos, lendas, jogos, superstições, remédios, provérbios, canções, danças, ritos e cerimónias, adivinhas, concepções do mundo, das coisas e dos seres, vestuários, ornatos; presságios, crenças, etc., constituem os temas vastos e variados do folclore. Mas só quando de origem anónima, quando populares e tradicionais.

*

A civilização vai desfigurando e aniquilando, dia a dia, o que resta dêsse precioso e imenso filão de pesquisas, tão interessantes para a definição psicológica dum povo. É, portanto, de toda a conveniência procurar arquivar com brevidade essas tradições e costumes, sujeitos a desaparecerem.

Mas não se chame folclore à música de revista ou de opereta, não se chamem «cortejos folclóricos» ou «festivais folclóricos» a mascaradas burlescas de fantasia e arbitrio que nada têm de folclóricas ou em que, pelo menos, se não respeita, com o devido rigor, o que é verdadeira, genuinamente, popular e tradicional.

Há, felizmente, no nosso País, muitas pessoas competentes, especializadas nestes assuntos. Não falta, portanto, quem possa organizar satisfatoriamente pesquisas ou reconstituições dessa ordem. Não falta quem possa orientar e aconselhar as pessoas bem intencionadas e escrupulosas que alimentem o desejo de pôr em marcha iniciativas dessa natureza. Mas condenem-se, sem piedade, tôdas as deturpações, tôdas as falsificações do folclore, as quais representam não só uma lamentável inconsciência, mesmo improbidade, pela falta de objectividade científica, mas também verdadeiros atentados ou sacrilégios contra a pureza e autenticidade dum dos maiores tesouros dum povo: as suas tradições ingénuas e singelas.

MENDES CORRÊA.

—

Le culte du feu à la Péninsule Ibérique
 — Les fêtes solstitiales — Les Pâques — Le Noël
 — Les rites du feu et le folclore peninsulaire

Le foyer a été, de tout temps, un lieu de vénération, tant soit pour les primitifs, que pour les peuples qui sont parvenus à un certain degré de civilisation. Le feu a été toujours l'objet d'un culte d'une très noble austérité, pour les peuples de différents âges et de races très diverses. C'est ce que l'on aperçoit en comparant les rites et les fêtes instituées à l'égard du feu, dans les temps anciens, aussi bien qu'à l'époque présente, chez les peuplades sauvages, ou à demi-civilisées. Ce culte, ce rituel du feu consacré se manifeste, encore aujourd'hui, par des cérémonies parfois bien simples; d'autres fois, par des rites compliqués et bizarres, et des fêtes votives très bruyantes, qui ont, selon les différences ethniques, un caractère très original. Il y a sur ce motif la danse du feu, à la fête de S. Constantin, en Bulgarie, ce qui est un rite populaire, qui consiste à traverser, les pieds nus, sur des braises mal éteintes, tout en ayant le soin de fouler d'abord du sel marin. A cette coutume régionale s'associent encore d'autres actes d'intention religieuse, comme le passage des icônes, les processions, etc.

On observe aussi le rituel du feu en Orient, comme à l'Occident, surtout chez les gens qui habitent aux bords de la Méditerranée et près de l'Atlantique, en particulier, à la Péninsule Ibérique, où les célébrations du feu aux fêtes annuelles du Solstice prennent une exaltation caractéristique et païenne, même parmi les habitants qui se groupent autour des églises chrétiennes. Il semble,

d'après Zaborowski, que les anciens avaient comme base de leur religion le foyer. Pour les grecs et pour les romains, le feu ne se bornait simplement à satisfaire le besoin de se chauffer ou de cuire les aliments, mais plutôt il faisait partie des éléments ou des principes de toute religion. Parfois l'autel se convertissait en pyre flamboyante, dans les sacrifices dont parlent les historiens. Pendant l'âge héroïque, le foyer représentait la famille.

La religion chrétienne a pris aussi cette vénération du feu parmi ses pratiques et nous voyons encore de nos jours très répandues les cérémonies et les fêtes, où le feu prend une place importante. Ce n'est pas simplement par un désir ingénu de divertissement que plusieurs populations, par exemple, à la Péninsule pyrénéenne, allument les feux de la S. Jean, au milieu du mois de Juin et pratiquent les ablutions rituelles avec de l'eau froide, à l'aube de ce jour (*orvalhadas*), encore en usage dans les provinces du N. du Portugal (Minho et Douro).

Ces pratiques alacres se complètent, à la fin de la journée, comme la veille, par des feux d'artifice, qui sont, à ce qu'il semble, d'un usage très ancien. Cette conjugaison des éléments si disparés, — le feu et l'eau —, ne se mêle pas par hasard à la fête rituelle du Solstice d'été, mais c'est probablement la réviviscence d'anciens actes de magie, tout en considérant ces révélations des forces naturelles, comme des agents qu'il faut appeler en aide aux productives activités agricoles.

*

Le *folklore* ibérique est riche de ces manifestations jubilaires et rituelles, qui constituent, à bien des endroits, la grande célébration solstitiale d'été. Plusieurs légendes et superstitions populaires sont connues, surtout dans le N. de la Péninsule hispanique, en particulier au Portugal, où il y a notamment des réminiscences de l'ancien culte du feu. En général, le foyer est vénéré par les paysans, à différentes époques de l'année et en des situations, ou au moment de fêtes spéciales. C'est ce qui se vérifie le Noël. La soirée du réveillon, on allume un bon feu dans un large foyer, autour duquel toute la famille se réunit, même les membres qui acourent parfois de très loin (La fête de la famille — institution religieuse et sociale).

Un gros tronc de châtaignier brûle à la cheminée et, près de son feu entretenu avec soin, se passe la grande soirée, à peine interrompue par la Messe de Minuit. La coutume d'illuminer, la veille de Noël, l'arbre de pin, devenue traditionnelle depuis le Nord de l'Europe, a été modernement introduite chez nous; mais elle

se rapporte encore au rites du feu, quoique elle semble avoir trait à plaire surtout aux enfants et aux jeunes gens.

Le Solstice d'été correspond, pour les peuples méridionaux, à la fête de Jean le Précurseur (St. Jean Baptiste), la quelle est fixée dans le calendrier, le 24 Juin. Cette date se rapproche du commencement des cérémonies musulmaines, qui sont tenues au mois de Juillet. Certains rites connus du Moyen-Age, à l'Europe centrale et occidentale, se rattachent de loin à ces coutumes barbares.

Les feux que l'on allume en Alsace et à la Lorraine, ainsi que dans le cours du Rhin ⁽¹⁾ sont des remembrances d'une religion primitive, ayant aussi rapport avec les fêtes solstiales de l'été. En d'autres régions de la France et encore en d'autres pays européens, le peuple conserve les restes de ce culte traditionnel. Pour quelques auteurs, ces habitudes seraient tenues des envahisseurs romains. Nous supposons qu'elles ont une origine plus ancienne.

*

Chez les peuples actuels, quoique représentant des degrés supérieurs ou inférieurs de civilisation, les formes de vénération du feu, d'une simplicité austère, se trouvent à plusieurs centres, où persistent les croyances lointaines et les pratiques de magie, ainsi que des superstitions invétérées à l'égard de tout foyer allumé.

On note, par exemple, les cérémonies et les feux de joie chez les populations de l'Atlas, selon Laoust ⁽²⁾. Ce rite n'est pas exclusivement islamite, car il se rencontre aussi à des fêtes israelites; mais, en tout cas, sa signification est douteuse.

*

Jean, le prêcheur du désert (*Vox clamantis in deserto*), fut celui qui institua la pratique de l'aspersion symbolique, a-fin-de purifier les gens. Il se servait des eaux de la rivière Jourdan. Il initia de cette façon le sacrement du baptême, et c'est pour cela qu'on l'a appelé — *le Baptiste* —. Ce sujet très suggestif se trouve admirablement traité par les peintres anciens et la religion du Christ l'a pris en honneur, comme le premier sacrement.

«Il adviendra un Autre, disait S. Jean, qui vous baptisera dans le Saint Esprit et dans le feu».

(1) A. Glory, *Les Feux de la Saint-Jean*, in «La Nature», Juin, 1935.

(2) Cf. F. Benoit, *Le rite de l'eau dans la fête du solstice*, in «Rev. Anthropologique», 1-3, 1935.

Comme on sait, à l'occasion solennelle du baptême, les cierges sont allumés près de la coupe sacrée et aux mains des personnages qui figurent à cette cérémonie.

Un autre aspect de l'adaptation chrétienne de ce symbolisme du feu réside dans la bénédiction du *cierge pascal*, dans le Samedi Saint (*Alleluia*), et aussi de la flamme ⁽¹⁾. C'est un usage très commun chez les chrétiens en Portugal faire allumer ce cierge, ou quelqu'autre bougie de cire apportée de l'Eglise, quand la tempête est imminente et les tonnerres se répercutent dans l'espace.

Les populations du NW. de la Peninsule ibérique répètent toutes les années les feux de joie — (*Lumes de San Johan, lumeiradas*, en Galice; — *fogueiras* — en Portugal; Hoyos Sainz, *Festas populares de España*, «Act. Congr. Intern. d'Anthropol.», Pôrto, 1930).

*

Il y a plusieurs poèmes et des hymnes, ainsi que des chants populaires, à propos du feu. L'on peut rapeller à ce sujet les Hymnes de *Rig Veda* ⁽²⁾ et les vers et chansons, qui se rapportent à cet élément, dans la Provence et en Galice (Galiza).

La vénération du feu se dénonce encore à certaines croyances superstitieuses, qui ne sont que des formes frustes de ce culte très ancien: par exemple, l'acte de cracher sur le foyer ou près de lui est considéré, tant en Portugal, comme en Galice, comme un grave péché.

Les gens du peuple croient encore que le feu possède une *ame*, et dans tous les foyers chrétiens, à ces doux pays peninsulaires, l'on voit assiduellement les marques de respect envers le foyer et la flamme qui l'alimente et l'illumine ⁽³⁾.

(1) La mort de Jésus-Christ c'est pour les croyants l'extinction du feu vivant. Pendant la Ressurrection, qu'on célèbre le Dimanche de Pâques, le Christ prend une nouvelle forme de Vie et se présente comme le *Feu Sacré* de la Nouvelle Foi. L'Eglise adore et considère symboliquement ce *Nouveau Feu*, avec un haut sentiment mystique et une belle signification morale de régénération commune. La *bénédiction du feu* étant faite, l'on allume le chandelier à trois branches, qui symbolise la SS. Trinité, et le diacre prononce alors l'invocation «Lumière du Christ», en mémoire de la *Nouvelle Lumière* qu'il répand dans les âmes.

(2) Zaborowski, *Le Culte du foyer chez les Slaves contemporains*, in «Bull. Mem. Soc. d'Anthropologie de Paris», 1900.

— V. Risco, *Notas en col do culto do lume na Galiza*, in «Homenagem a Martins Sarmiento», publié à Pôrto, 1933.

(3) Dans les villes du Portugal et en province, on a l'habitude de faire suivre l'allumage des lumières, vers le soir, par des phrases bénévoles: — *Dieu soit béni; bonne nuit; sainte nuit* —, ou par quelque formule équivalente, qui se ratache, à coup sûr, aux rites cultuels du feu.

Pour ce qui se rapporte, de près ou de loin, au feu rituel ou symbolique, il vient à propos de noter les flammes qui se rallument près des morts, aux tombeaux, aux mausolées, ainsi que la figuration de la flamme sacrée dans les monuments mortuaires, sur des urnes, près des images ou de la croix, symbole chrétien par excellence. C'est encore une modalité de culte et de symbolisme, où le feu ou la représentation de la flamme occupe encore une place si évidente, qu'on ne peut se passer d'y faire une attention spéciale, avec une certaine émotion.

J. BETHENCOURT FERREIRA.

Prof. à l'Université de Porto

As doze verdades

As linhas que seguem, constituem uma publicação póstuma do abade Sousa Maia. Inserindo-as, prestamos homenagem ao nosso consócio, recentemente falecido, que tanto e tão proveitoso interesse manifestou pela arqueologia e pela etnografia. Enviando-nos esta nota, o saúdoso investigador recordava o estudo publicado no fasc. I do tomo VIII dos "Trabalhos", pelo dr. F. Bouza-Brey:

Na freguesia de S. Pedro de Canidêlo, concelho de Vila-de-Conde, nasceu, viveu e morreu, de 78 anos de idade, em 4 de Fevereiro de 1930, Genoveva Rosa de Jesus, viúva de Romualdo da Costa Ramos, a qual era pessoa crente e costumava visitar os agonisantes para ajudá-los a morrer, recitando-lhes junto à cabeceira, na presença dos que rodeavam o moribundo, as doze seguintes verdades:

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá a primeira?!

—A primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as duas?!

—As duas são as duas tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés, e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as três?!

—As três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as quatro?!

—As quatro são os quatro Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as cinco?!

—As cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as seis?!

—As seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as sete?!

—As sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as oito?!

—As oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as nove?!

—As nove são os nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu filho no ventre, as oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés

onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as dez?!

—As dez são os dez mandamentos, as nove são os nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu filho no ventre, as oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os quatro Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as onze?!

—As onze são as onze virgens, as dez são os dez mandamentos, as nove são os nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu filho no ventre, as oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os quatro Evangelistas, as três são as pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Amigo Custódio. Custódio sim, amigo não. Diz-me lá as doze?!

—As doze são os doze apóstolos, as onze são as onze virgens, as dez são os dez mandamentos, as nove são os nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu filho no ventre, as oito são as bem-aventuranças, as sete são os sete sacramentos, as seis são os seis círios bentos, as cinco são as cinco chagas, as quatro são os quatro Evangelistas, as três são as três pessoas da SS. Trindade, as duas são as tábuas de Moisés onde Jesus pôs os seus divinos pés e a primeira é a casa de Jerusalém onde Jesus morreu por nós. Amen.

Treze raios tem o sol, treze raios tem a lua — « arrenego-te » daqui demónio que esta alma é de Deus, não é tua.

A. SOUSA MAIA.

Pescadores do Alto — Os « Valboeiros »

Entre os núcleos piscatórios que no século passado povoavam a costa-norte, àquem Douro, distinguiam-se e caracterizavam-se os *Valboeiros*, *Póveiros*, *Vianezes* e *Gontinheiros*. Eram os pescadores do Alto, os *lanchões*, que iam lançar as suas rêdes junto ao *Profundo*, passando as noites no mar. Pesca árdua e arriscadíssima, o lanchão era tido, entre os seus companheiros de outras pescas, como símbolo da ousadia e bravura, perfeito conhecedor da costa, dos mares e dos fundos — desde o mar da *Cartola*, ao sul, cujo enfiamento de referência é *Baltar* à ponta da *Serra do Monte* (sul de Aveiro) ao *Mar sueste dos galegos*, ao norte, cujo extremo é o enfiamento do *Cóto* (pequeno monte na costa espanhola) a Santa Técla.

Tôdas as mantas de pedra e os *limpos*, que servem de planalto ao *Profundo*, quebrada tão funda que engole as caças quando a corrente da água é forte e para ali as arrasta, foram pelos pescadores-lanchões demarcadas nas suas extensões, larguras e fundos.

É grande a afinidade entre estes quatro núcleos de pescadores.

Se o *póveiro* se podia considerar o orientador, decerto por ser o mais numeroso destes grupos, saindo dos seus estaleiros e dos seus serões grande parte das embarcações e aparelhos para os outros núcleos, como de resto sucedia, quanto a barcas, para a costa galega, desde La Guardia, na fronteira, a *Vigo*, *Valboeiros*, *Gontinheiros* e *Vianezes* eram dignos émulos do *póveiro*, com êste compartilhando de todos os riscos duma pesca do alto, bem temerosa para as frágeis embarcações que tripulavam. E quando a tempestade os surpreendia no seu labor, as suas lanchas, salpicando o mar revoltado com a brancura das suas velas, confundiam-se no mesmo ardor de luta, elevando ao cume a lendária valentia destes pescadores incomparáveis, verdadeiros lóbos marinhos da nossa costa.

Eram, então (meados do século passado), numerosíssimas as lanchas da pescada, abastecedoras das cidades e vilas nortenhas. Embarcações de *bóca aberta* de 43 a 48 palmos de quilha (as *valboeiras* tinham 52 a 55 palmos), cada uma tripulada de 30 a 35 homens, a frota da pescaria do alto achava-se assim distribuída: *Valboeiros* (Valbom, Campanhã e S. João da Foz), 30; *Póveiros*, 52; *Vianezes*, 14; *Gontinheiros* (Gontinhais, Ancora), 12; podendo bem comportar-se em 3:500 os seus pescadores-tripulantes.

Bem diferente de hoje era, então, a função piscatória. Nada

de armadilhas, câncos ou arrastos. A *volante* (malha de 6×6) para a pescada, o goraz, a viúva, o cação, a melga, o ruivo — o chamado peixe do alto —; a *rasca* (malha de 8×8) para a raia, rodobalho, eroga, lagosta e carangueijos; a *sardinheira* (malha de 2×2) para a sardinha, chicharro e cavala; a *linha* para a faneca, o congro, o cherne, o capatão, o mélo. Nada de *vapores-traineiras* nem *vapores-parelhas*, com beliches para repousar e guinchos para o colhêr das rêdes. Era a *lança*, o *batêl*, a *catraia*, o *caico*, o *larote*, com a *polé*, à proa para se alar, a pulso, a caça ou a *poita*, em arrancadas por vezes violentas e extenuantes quando a corrente da água, em acôrdo com a ventania, se comprazia em experimentar as energias dêstes bravos pescadores.

Pesca leal, de rêde aberta — cortiça ao cimo, chumbo ou pedra ao fundo — não havia, na pesca da pescada, a *menina* ou *marmota*, nem, na pesca da sardinha, a *petinga*. Era tudo peixe de *maior idade*, sem grandes estragos nos repovoamentos das espécies.

Os armadores das *artes-novas* chamaram-lhes, depois, desdenhosamente, *rêdes de S. Pedro*, que o mesmo era dizer, rêdes primitivas, rotineiras. Seriam! Mas não se viam os milhões de indivíduos das diferentes espécies, como hoje se vêem, a servir de adubos às terras ou lançados mortos ao mar por inaproveitáveis, inutilizados pelo criminoso processo da pesca da maioria das *artes-novas*.

Era uma vida intensa de pesca, eivada de perigos que obrigando o *lanchão* a lutas heróicas, fizeram-lhe criar lendas, superstições e fortes crenças pela necessidade de se ver amparado nos momentos aflitivos.

Batido pelos novos processos de pesca, principalmente pelos vapores-parelhas ou arrastões, o *lanchão*, tipo de pescador inconfundível na nossa costa, vai rareando e com êle as melhores tradições da beira-mar nortenha.

*

Na recolha que procuro fazer das tradições, usos e costumes dos pescadores não podia deixar de ter em conta os lanchões dos outros núcleos estranhos ao do pòveiro, visto que os meus maiores dêles me falaram com entusiasmo e respeito devidos ao companheiro brioso.

Na margem norte do Douro, estabeleceram-se três núcleos de lanchões: Valbom, Campanhã e S. João da Foz. Eram, porém, todos conhecidos entre as colmeias da costa por um só apelido: *Valboeiros*.

É que Valbom foi, sem dúvida, a primeira praia que adentro da barra do Douro, lançou ao mar as primeiras embarcações do alto, constituindo, além disso, o núcleo ribeirinho mais numeroso. Valbom tem mesmo algumas tradições marítimas: os seus filhos tripularam as naus das descobertas da Índia. Pelo menos a tradição local mantém arreigada esta convicção, que a apresenta ao investigador como um pergaminho. E que Valbom marcou no século passado, não resta dúvida alguma, porque o *Valboeiro*, pescador e marinheiro ousado e valente, foi conhecido em tôda a costa.

Homem do mar, bom, leal e hospitaleiro, o *Valboeiro* era expansivo. Contam os velhos pòveiros que quando as suas companhas lançavam ao mar a lancha-nova, dançavam e cantavam, dia e noite, oferecendo aos construtores e amigos grandes caldeiradas. Usavam, como os pòveiros, *atalães* vermelhos (gôrros que caíam sôbre os ombros), em muito se semelhando, no trajar, àquêles.

Forçosamente que um povo dêstes tinha que ter tradições.

Fui a Valbom e com tristeza verifiquei que nada resta já dessa vida piscatória nos planaltos do *Profundo*. O pescador-lanchão desapareceu há muito.

O *Valboeiro* de hoje vive da pesca do rio, não sai ao mar largo como o seu antepassado. Dos velhos costumes e tradições marítimas — tudo se sumiu, vivendo, apenas, nas recordações dos velhos. Um dêstes, de 80 anos, a quem interroguei, recorda-me tôda essa vida piscatória intensa, alegre e valorosa e conduz-me até à velha *fábrica* (barraca junto à praia onde se guardam os aprestos marítimos) quási desmantelada e mostra-me restos de rêmos, mastros e varas das antigas lanchas. Reparo que êles têm gravadas as *marcas* ou siglas, que recolho com alvoroço. Peço-lhe para as ler: a mesma leitura que faz o *Pòveiro*!

Na porta da *fábrica*, gravado a canivete, o desenho rudimentar de uma velha lancha, navegando a todo pano... Mais nada... E é pena!

Mas torna-se urgente recolher o que a tradição nos possa entregar para o estudo etnográfico dos pescadores daquém Douro, tão des-selhantes na forma das suas pescas, usos, embarcações e velamentas dos seus irmãos do sul que dir-se-ia que duas raças bem distintas e características povoaram a costa portuguesa: uma àquém, outra além Douro.

Póvoa-de-Varzim, Novembro de 1940.

A. SANTOS GRAÇA.

Jornada evocadora (1)

Deixáramos Castelo Branco, a linda e progressiva capital da Beira Baixa, onde acabáramos de visitar o Jardim Episcopal com a sua hierática e sumptuosa galeria de reis portugueses e o Museu Arqueológico de Francisco Tavares Proença Júnior, com os seus panos de Arrás, o formoso quadro da Escola Portuguesa atribuído a Cristóvão de Figueiredo, as séries de moedas gregas, ibéricas e romanas, as peças de prata do esconderijo de Monsanto, os numerosos machados de bronze, abundantes objectos líticos pré-históricos e uma valiosa colecção epigráfica. Endereçando um pensamento reverente e triste à memória do malogrado fundador e patrono do Museu, abalávamos da bela cidade, rica de gratas perspectivas de futuro, para Idanha-a-Velha, projecção humilde, nos tempos actuais, dum passado brilhante, aldeia modesta que representa hoje a preclara *Civitas Igaeditanorum* dos Romanos, depois veneranda sede episcopal com os Visigodos, várias vezes convertida em montões de ruínas por invasores impiedosos, restaurada por Sancho I e por êste soberano erigida em cidadela dos Templários, curta pausa numa decadência secular que nada pôde sustentar e que se traduz na pobreza e definhamento da aldeia de hoje.

Após Medelim e a poucos quilómetros de Monsanto, cuja serra desenha a distância o seu perfil curioso, eis-nos no entroncamento da estrada que a liberalidade do principal (ou único?) proprietário destas terras igeditanas, sr. António de Pádua da Silva Marrocos, mandou construir para ligar de novo a velha Idanha à civilização, para a integrar na rede vascular do organismo nacional.

Lamentamos não ir a Monsanto, consagrada agora com o epíteto de «a mais portuguesa». O tempo não chega para tudo, a chuva não afrouxa, felizmente não faltam terras bem portuguesas, e o portuguesismo de Monsanto subsistirá, embora a celebridade turística possa alterar a pureza original de certos aspectos locais. Fica para outra vez a jornada ali. Agora é a peregrinação arqueológica. Deixemos a etnografia para outra oportunidade.

A estrada serpeia pela planura levemente ondulada, à qual a lama causada pela chuva incessante não tira a côr torrada, o tom amarelo sombrio, de tristeza e aridez, que nos faz pensar no carácter perseverante e no apêgo ao solo, da parte dêsses Igeditanos

(1) Publicado em *O Século*, de 6 de Janeiro de 1940.

que não eram atraídos por paisagens mais verdejantes e risonhas. Agora é quasi a desolação. Em bastante mais duma légua, em que os nossos olhos ansiosamente exploram o horizonte em cata das ruínas veneráveis, uma casa apenas, num divertículo do caminho, para o qual uma amável legenda indicadora nos não deixa transviar.

Enfim, a descida para o vale do Ponsul, e a Idanha vetusta aparece, à primeira vista incaracterística, inexpressiva, na sua pobreza em que se não descortina num relance a imagem da grandeza passada. Ruínas de ruínas, dela disse o saúdoso arqueólogo Felix Alves Pereira. Sepultura de ruínas é ela na verdade. Sepultura sôbre a qual ou junto da qual bruxoleia, como lâmpada votiva, a aldeia moderna.

*

Não é aqui o lugar para o relato pormenorizado duma visita arqueológica que se inicia, na acolhedora casa do sr. Marrocos, com o exame de algumas moedas visigóticas da sua importante e vasta colecção numismática. Cunharam moeda vários reis visigodos na velha cidade episcopal. Depois, é, sob a chuva, na companhia obsequiosa do sr. Marrocos, filho, a visita à ponte sôbre o Ponsul, à desmantelada tôrre de menagem do castelo, aos restos da muralha, às ruínas da suposta catedral, destelhado templo convertido hoje em cemitério e em cujas paredes se abrem nichos e há ainda restos de frescos.

É possível — quem sabe? — que sob o cemitério instalado nesse templo que as terras circundantes vão submergindo nitidamente, se encontrem vestígios arqueológicos do maior interesse.

A visita, por fim, ao Museu Arqueológico local que a municipalidade do sr. Marrocos criou, por ocasião dum Congresso Beirão, pela transformação duma antiga capela abandonada, confirma flagrantemente o que sabíamos da importância da cidade romana, e a suposição de que uma exploração metódica num sítio em que achados casuais ou outras considerações aconselhem pesquisas mais amplas, poderá conduzir à exumação científica dos contornos de habitações, do delineamento dos arruamentos, da planta do velho povoado ou de parte dêle, enfim, das sucessivas estratificações, correspondentes às várias épocas sobrepostas de povoamento e ocupação local. Nenhuma exploração do género se fez ainda. Tudo tem sido accidental. Velhas paredes descobertas pelo arroteamento agrícola ou na escavação de alicerces. Lápides com inscrições latinas em muros, ou encontradas casualmente, inteiras ou fragmentadas, ao revolver-se a terra ou esquecidas, a um canto. Algumas, há muito recolhidas em colecções como de prove-

niência incerta, serão da Idanha. No fundo dum poço encontrou-se cerâmica arábica. Nas paredes do cemitério vimos pedras lavradas, talvez da antiga catedral. Á entrada duma casa pobre, um fragmento de coluna abandonado.

O Museu contém, ao lado de alguns objectos modernos, numerosas peças sobretudo da época romana, especialmente uma riquíssima colecção epigráfica. Algumas inscrições ainda estão inéditas, outras já foram publicadas. Junte-se a este espólio o que, da Idanha, já está arquivado numa enorme bibliografia e noutras colecções do País, sobretudo nos Museus de Belém e de Castelo Branco, a referência aos Igeditanos na célebre inscrição da Ponte de Alcântara, entre os municípios que concorreram para a respectiva construção, e far-se-á idéia da importância que a povoação devia ter tido na época romana. Da sua importância na época visigótica falam os documentos da sua vida episcopal, as moedas ali cunhadas. Não é preciso invocar os hiperbólicos relatos de escritores profanos e eclesiásticos que, sobre testemunhos mais ou menos discutíveis, se perdem em longos devaneios para aumentar o catálogo dos bispos egitanienses averiguados (sobretudo para arranjar antecessores a Adório, o primeiro prelado egitaniense citado em documentos autênticos — as actas do 2.º Concílio bracarense), para designar os apóstolos que levaram a fé cristã aos Igeditanos pagãos, para delimitar com precisão a vasta diocese, ou para fazer da arcaica povoação o teatro de notáveis acontecimentos ou de personagens famosas.

A verificação documental da existência, na Idanha romana, do culto de divindades indígenas (ao lado das romanas) e a duma abundante antroponímia considerada de predominante carácter céltico — verificações devidas sobretudo a Hübner, Leite de Vasconcelos e Alves Pereira — permitem presumir a alta antiguidade, as origens pré-romanas da povoação. O próprio nome da comunidade étnica *Igaeditani* tem, no sufixo, evidentes afinidades com os nomes de vários povos que, como os Lusitanos, os Oretanos, os Carpetanos, os Turdetanos, eram de incontestável origem antero-mana.

*

A sua desfavorável localização geográfica — numa zona fronteiriça, quasi verdadeira *Terra de Ninguém* nalguns períodos históricos — e condições estratégicas menos propícias do que a de outros povoados da região, devem ter contribuído para a conversão frequente da Igeditânia ou Egitânia em montões de ruínas, para o fracasso de tentativas da sua restauração e para que ela se visse forçada a entregar há séculos o primado eclesiástico de



José de Pinho
(1876-1939)

outras eras à Guarda e por fim o primado administrativo à sua homónima Idanha-a-Nova, já vila no tempo de D. Sancho I e dela distante quási três léguas.

Deixando Idanha-a-Velha sentimos a estranha impressão que teria aquêlo que houvesse, utilizado a fantástica máquina de viajar no tempo, concebida por Wells. Regressamos, porém, desta peregrinação no passado com uma dupla convicção. A primeira é a de que o ferino gládio dos invasores árabes não conseguiu que o sangue dos Igeditanos históricos e dos seus antepassados pré-romanos se não tenha conservado até hoje nos descendentes disseminados por terras da Beira Baixa. Por outro lado, estamos convencidos de que explorações metódicas e amplas naquelas paragens trarão revelações úteis para o esclarecimento não só da história local, mas também da história nacional, sobretudo das bases mais profundas desta última.

Em poucos lugares se sentirá, tão intensamente como na velha Idanha, a um tempo a melancolia e a majestade das ruínas. A lição que estas encerram para a humanidade exclusivamente entregue às futilidades e às preocupações do presente funde-se com a que decorre da meditação de verdades eternas.

M. C.

Lutuosa

Em 5 de Abril de 1939 faleceu, com 63 anos, o nosso dedicado consócio, sr. José Custódio de Pinho, inspector de ensino oficial, a quem a Arqueologia portuguesa e a nossa Sociedade ficaram devendo relevantes serviços. Nascido em Amarante, ali decorreu grande parte da sua existência e a essa região diz respeito a maioria dos seus trabalhos.

Companheiro e admirador de Rocha Peixoto, colaborou ainda na *Portugália*. Mais tarde, o núcleo portuense de estudos antropológicos e etnológicos contou-o igualmente entre os seus mais devotados e constantes cooperadores. Visitava freqüentemente o Instituto de Antropologia do Pôrto e apresentou trabalhos à nossa Sociedade. Colaborou pessoalmente no Congresso Internacional de Antropologia de Coimbra e Pôrto em 1930.

Era um temperamento de investigador, um carácter digno e impoluto, uma alma generosa e límpida.

Além de numerosos artigos de jornal, publicou os seguintes trabalhos:

1. *Etnografia amarantina — A caça* — in «Portugália», vol. II, págs. 84-100, 40 ils. Pôrto, 1905-1908.
2. *Etnografia amarantina — A pesca* — Idem, págs. 448-459, 25 ils., Pôrto, 1905-1908.
3. *Castros do concelho de Amarante* — Idem, págs. 476 e 673-675, 27 ils., Pôrto, 1905-1908.
4. *Expansão da cultura megalítica no concelho de Amarante* — in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. II, págs. 45-75, 17 figs., Pôrto, 1928.
5. *A ara de Marecos* — in «Penha-Fidelis», ano I, n.ºs 5-7, 3 grav., Penafiel, 1928.
6. *A pedra oscitante de Abragão* — Idem, n.º 7, 1 grav., Penafiel, 1928.
7. *Cartas de amor* — Idem, n.º 8, 9 grav., Penafiel, 1928.
8. *A cidade de Eja* — Idem, n.º 10, 1 grav., Penafiel, 1929.
9. *O tesouro de Gondeiro* — Idem, n.º 11, 3 grav., Penafiel, 1929.
10. *A necrópole calaico-romana do Mósinho* — Idem, II, 45 págs., 7 fig., Penafiel, 1931.
11. *Sur les grains trouvées dans la station néolithique de Pepim — Amarante* — in «C. R. do XV^e Congrès Int. d'Anthrop. et d'Archéologie Préhistorique — Portugal, 1930», págs. 356-358, Paris, 1931.
12. *Certaines pierres branlantes ne sont-elles pas de vrais mégalithes?* — Idem, págs. 358-362, 5 fig., Paris, 1931.
13. *Survivances du culte phallique dans les fêtes en l'honneur de S. Gonçalo de Amarante* — Idem, págs. 668-673, Paris, 1931.
14. *A propósito duma velha jóia ibérica* — in «Trabalhos da S. P. A. E.», págs. 37-59, 4 est., vol. V, Pôrto, 1931.
15. *Le grand échiquier dans l'art rupestre portugais* — in «C. R. de XV^e Congrès Int. d'Anthrop. et d'Archéologie Préhistorique — Paris, 1931», págs. 373-376, Paris, 1933.
16. *Considerações sobre a religiosidade dos citanienses de Briteiros e Sabroso* — in «Homenagem a Martins Sarmento», págs. 292-297, 1 fig., Pôrto, 1933.

*

Perdeu a Sociedade de Antropologia, com a morte do dr. Manuel Valadares, em 26 de Outubro de 1939, um dos seus membros fundadores, e a ciência da Identificação em Portugal perdeu um dos seus cultores mais ilustres.

Nascido em 1867 em Oura (Chaves), o dr. Manuel Valadares formou-se em medicina em Paris. Dedicou-se à clínica em Lisboa, especializando-se em oto-rino-laringologia. Com o prof. Luís Viegas, instituiu no nosso país os serviços de identificação criminal e civil pelos métodos científicos, tendo sido até dois anos antes da sua morte o director do Arquivo de Identificação de Lisboa. Publicou artigos desta especialidade nos «Archives d'Anthropologie Criminelle», «Revue de Droit Pénal», «Finger print magazine», etc.

Devem-se-lhe modificações originais nos métodos clássicos de identificação dactiloscópica. O «método Valadares» figura nos grandes tratados sobre a matéria.

Doente havia muito, deixara a direcção do Arquivo por ter atingido o limite de idade.

*

Durante a guerra civil espanhola, morreu de fome numa legação em que se refugiara, o professor de Antropologia Criminal da Universidade de Madrid e sócio correspondente da nossa colectividade, o prof. Quintiliano Saldaña. Com uma invulgar erudição e faculdades excepcionais de compreensão dos mais variados temas, o prof. Saldaña deixou uma considerável bibliografia, em que têm lugar preponderante os assuntos de Criminologia, Penologia e Antropologia Criminal. Deve-se-lhe uma doutrina pragmatista do direito penal e a ampla concepção do estudo do delinquente a que êle deu o nome de «Antropologia Criminal Integral».

Tendo estado cego durante um largo período da sua juventude, nem por isso deixou de ser um grande trabalhador intelectual. As circunstâncias dramáticas da sua morte envolvem duma auréola de comovida simpatia a sua nobre figura intelectual. Espírito aberto e ansioso de saber, nêle desapareceu uma das mais fortes individualidades da cultura espanhola contemporânea.

*

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia exprime, com funda emoção, o seu pesar pelo falecimento das três personalidades que tanto a honraram e deixaram nas fileiras dos seus agremiados lacunas difíceis de preencher.

M. C.

*

* *

A nossa agremiação perdeu êste ano um dos seus associados, Dr. Luís A. Rodrigues Lôbo que cultivava, com manifesto espírito científico e de classe, sobretudo a etnologia, tendo-se dedicado também com esmero à Antropometria, quando médico escolar que foi do Liceu de Rodrigues de Freitas, onde tivemos a fortuna de o conhecer e onde nos revelou um belo exemplo de camaradagem e de sensibilidade de coração, muito apreciável, um trato ameno e delicado, tão útil para o convívio agradável.

Sobre o tema inesgotável dos *Lusiadas*, realizou êle, na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, uma prelecção notável, àcerca das raças evocadas no poema nacional, assunto difícil, pôsto que vago, para destacar das estrofes da nossa Bíblia patriótica, as notas interessantes, relativas ao assunto. Conseguiu-o porém com absoluta probidade e são critério, em um trabalho que restou, por enquanto, único, na nossa literatura científica.

Ainda há pouco, pôde o nosso falecido consócio ocupar-se,

também com relação, aos *Lusiadas*, do problema da *Ilha dos Amores*, que o Dr. Luís Lôbo situou na Madeira, sobretudo pela flora a que se refere o poeta e mais se assemelha à continental europeia. Ficou infelizmente inédita, por ora, esta valiosa contribuição de crítica literária e científica combinadas. Neste excerto revelou no entanto o Dr. R. Lôbo a sua sábia erudição, aplicada com felicidade ao estudo de um dos episódios camoneanos mais discutidos e mais imaginosos, que poderia ter tido contudo a objectividade que êste antropologista lhe conferiu e que outros autores negam, attribuindo a descrição da misteriosa *Ilha* à rica fantasia de Camões. Semelhante estudo, que deverá ser publicado, em um repositório condigno com a índole especial dêste trabalho, servirá para aquilatar devidamente o consubstancial humanismo e o saber do autor.

Quanto à sua actividade de antropologista, ela pode ser avaliada pela continuidade de cêrca de 20 anos, como médico escolar, posição que lhe permitiu tomar inúmeras medidas em alunos do Liceu, e apreciar o seu desenvolvimento geral e auxanométrico. Lamentável é contudo que esta e outras valiosas contribuições para a Antropometria das crianças e adolescentes não seja aproveitada, como deveria ser, na estatística das populações móveis e na avaliação do crescimento dos seus elementos, em relação com a idade e o ambiente social em que evolucionamos.

Poucas entidades ficam por isso ao facto da importância e da utilidade destas medidas antropométricas, a que o Dr. Luís Lôbo consagrou boa parte da sua vida oficial, exercendo, ao mesmo tempo, e com que nobreza e bondade, o ensino, quer na antiga Escola Académica, quer no referido estabelecimento liceal, sempre com a modéstia e austera dignidade de verdadeiro homem de Ciência.

BETHENCOURT FERREIRA.

*

* *

O falecimento de Ricardo Severo e, ultimamente, o de Leite de Vasconcelos constituem acontecimentos de verdadeiro luto nacional e não apenas dignos de registo como dolorosas perdas para a erudição e para a ciência. Homenagens especiais serão tributadas pela Sociedade à memória dos dois eminentes consócios.

Noutro lugar reproduzimos, em homenagem póstuma, uma nota do Abade Sousa Maia, nosso dedicado consócio, arqueólogo, recentemente falecido.